

OS PROJETOS EDUCACIONAIS DA SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL: AS TRAJETÓRIAS DA ESCOLA NOTURNA DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DE ADULTOS E DA ESCOLA INDUSTRIAL (1871 – 1902)

 David Francisco de Moura Penteado^{1,2,3}

RESUMO

A Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e a Escola Industrial, estabelecidas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825-1904) em 1871 e 1872, respectivamente, foram os dois únicos projetos educacionais bem-sucedidos da longeva agremiação. Sediadas no município neutro do Rio de Janeiro, as escolas integravam um pequeno grupo de escolas noturnas, beneficentes e privadas – ocasionalmente subsidiadas pelo Governo Imperial –, voltadas à educação de jovens e adultos da Corte. Por meio de pesquisas em documentos institucionais, relatórios oficiais, periódicos do período e na historiografia das escolas noturnas, o presente artigo buscou analisar as trajetórias das duas escolas através da composição dos seus corpos docentes e discentes, currículos e fundamentos. Com base nessa documentação, foram encontradas duas instituições robustas, com cerca de três décadas de funcionamento, pelas quais

1 Universidade de São Paulo. São Paulo – São Paulo – Brasil.

2 Doutorando no programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: davidmoura95@hotmail.com.

3 A pesquisa que resultou na redação deste artigo contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio do processo nº 133719/2020-0, vinculado ao projeto nº 830603/1999-9. O autor também agradece à Daisy Margareth Alcáçova de Sá Pimentel, bibliotecária da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que auxiliou com a digitalização de documentos no âmbito das medidas restritivas em resposta à pandemia de COVID-19.

mais de 5 mil alunos passaram pelos seus bancos. Por fim, argumenta-se os motivos pelos quais ambas as instituições se encontram hoje entre as pioneiras da instrução primária e técnica para adultos e jovens adultos no Brasil, sendo predecessoras do ensino industrial brasileiro contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Escolas noturnas – História da educação – Rio de Janeiro.

THE EDUCATIONAL PROJECTS OF THE SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL: THE HISTORY OF THE ELEMENTARY NIGHT SCHOOL FOR ADULTS AND THE INDUSTRIAL SCHOOL (1871 – 1902)

ABSTRACT

The Elementary Night School for Adults and the Industrial School, established by the Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825-1904) in 1871 and 1872, respectively, were the only two successful educational projects of the long-lived association. Based in the neutral municipality of Rio de Janeiro, the schools were part of a small group of night, charitable, and private night schools – occasionally subsidized by the Imperial Government – aimed at the education of young adults and adults in the Court. By researching institutional documents, official reports, periodicals of the period, and the historiography of night schools, this article sought to analyze the two schools' history from the composition of their professors and students, curricula, and principles. This material resulted in the identification of two schools with more than three decades of operation, in which more than 5,000 enrolled students throughout this period. In conclusion, the argument is made for both institutions' status as early adopters of primary and technical education for adults and young adults in Brazil and as forerunners of the country's current industrial education system.

KEYWORDS

Night schools – History of education – Rio de Janeiro.

Recebido em: 28/02/2022 – Aprovado em: 29/07/2022

1. Introdução

A Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e a Escola Industrial foram os dois únicos empreendimentos escolares bem-sucedidos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain) e duas das poucas escolas noturnas no município da Corte, ambas idealizadas na segunda metade da década de 1860 e estabelecidas na primeira metade da década de 1870. A primeira era dedicada à alfabetização e ao ensino primário de jovens e adultos, tendo funcionado entre os anos de 1871 e 1902. A segunda, por sua vez, era voltada ao ensino técnico e profissionalizante, e funcionou entre 1872 e 1902. Sob o atrativo de oferecer cursos gratuitos, os Auxiliadores tinham o interesse de que as classes trabalhadoras ingresassem nessas aulas noturnas.

Apesar dessas escolas integrarem um escopo de pouco mais de uma dezena de escolas noturnas beneficentes no município neutro e de haver diversos estudos que abordem a constituição das escolas noturnas para trabalhadores no Brasil, ainda há uma lacuna sobre a trajetória das escolas da *Auxiliadora*, o que se resume somente em um número diminuto de pesquisas ou em trabalhos com escopos pequenos⁴.

A Sociedade Auxiliadora, instituição de caráter privado e com personalidade jurídica própria, foi oficialmente estabelecida em 1825, data na qual os seus estatutos foram aprovados pelo Governo Imperial, com a cerimônia de inauguração tendo lugar em 1827. Agremiada por fazendeiros, intelectuais, industriais, proprietários e políticos, desde a primeira metade do Oitocentos ela organizava seus recursos para a realização de projetos com o objetivo de contribuir para a ilustração de agricultores e

4 Por vezes se asseverou que a escola da Sain foi a primeira escola noturna do Rio de Janeiro ou do Brasil, mas tantos outros cursos noturnos de instrução primária para adultos a precederam. Cf. MIZUTA, Celina Midori Murasse. Do ideal ao real: a trajetória da escola noturna de instrução primária para adultos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1867-1892. In: ENCONTRO DO GRUPO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM ARTES, 4.; ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO OITOCENTISTA, 2., 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Faculdade de Artes do Paraná, 2011, v. 1. p. 35-42.

industriais e a modernização de suas atividades produtivas, buscando, em última instância, o progresso material do Império. Na segunda metade da década de 1860, com 1.365 filiados⁵, esses esforços consistiam em um conservatório industrial, na confecção de pareceres técnicos para o Governo Imperial, na publicação de impressos voltados à vulgarização científica – como o periódico mensal *O Auxiliador da Indústria Nacional* (1833-1892, 1896) e manuais agrícolas –, em um programa de prêmios para memórias e produtos agrícolas, e na distribuição de sementes, plantas e raízes entre agricultores.⁶ A realização desses empreendimentos se inseria no contexto dos esforços em benefício da indústria, cuja semântica englobava a agricultura e a indústria fabril⁷.

Desde a década de 1820, os Auxiliadores argumentavam que, entre os entraves para o desenvolvimento e progresso material do Império do Brasil, os baixos níveis de instrução do seu capital humano⁸ era um elemento central. No contexto do projeto da *Auxiliadora*, o analfabetismo no Império brasileiro era a regra; a alfabetização era a exceção. No primeiro censo realizado no Império, em 1872, o nível registrado de analfabetismo foi de 82,3%⁹, um número que se pode presumir maior em anos anteriores. Em 1869, o número de crianças em idade escolar (i.e., sete a 11 anos), matriculadas em escolas primárias, era de apenas 8% do total, contabilizado em 106 mil – com um crescimento pífio durante o Oitocen-

5 REGO, Antonio José de Souza (org.). *Relação de Socios, Perpetuos, Honorarios, Correspondentes e Effectivos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, organizada e publida pelo Dr. Antonio José de Souza Rego*. Rio de Janeiro: Typographia Industria Nacional de Cotrim & Campos, 1866.

6 PENTEADO, David Francisco de Moura. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825-1904). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 61-86, 2022. DOI: doi.org/10.53727/rbhc.v15i1.728.

7 “[...] arte, destreza, para granjear a vida, engenho, traça, em lavrar e fazer obras mecânicas”. Cf. INDÚSTRIA. In: SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de língua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

8 Sobre o conceito de capital humano, utilizado neste trabalho, cf. LEFF, Nathaniel Hyman. Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil. *The Economic History Review*, Londres, v. 25, n. 3, p. 489-507, 1972.; GOLDIN, Claudia. Human Capital. In: DIEBOLT, Claude; HAUPERT, Michael (orgs.). *Handbook of Cliometrics*. Heidelberg: Springer Verlag, 2016. p. 55-86.

9 FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47, 2002. DOI: [10.1590/S0101-73302002008100003](https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100003).

tos¹⁰. Embora o sistema escravista frequentemente compusesse parte da explicação para o baixo nível de instrução e, em corolário, a estagnação econômica do Império, dificilmente ele poderia explicar esse problema satisfatoriamente¹¹, e os Auxiliadores pareciam reconhecer esse problema.

No primeiro ano da década de 1870, a cobertura escolar de instrução primária no município da Corte era realizada por escolas públicas e particulares. Desse primeiro grupo, havia 49 escolas públicas, das quais 28 eram para o sexo masculino e 21 para o sexo feminino, com uma frequência de 2.480 alunos e de 1.903 alunas para o ano de 1870¹². Do segundo grupo, com quase o dobro de estabelecimentos, havia 109 escolas particulares, das quais 54 eram para o sexo masculino e 55 para o sexo feminino. A despeito do maior número de estabelecimentos, porém, as escolas privadas possuíam uma capacidade notadamente menor, com uma frequência de 5.728 alunos¹³. A capilaridade e cobertura eram reconhecidamente ineficientes, com diversas freguesias não atendidas de forma satisfatória pelas escolas públicas. De acordo com o estudo de Antônio de Almeida e Oliveira (1843-1887), havia cerca de 20 mil meninos na Corte em idade escolar fora da escola no início da década de 1870¹⁴.

Paralelamente, instituições beneficentes estabeleceram escolas para indivíduos maiores de 14 anos de idade e que não tinham sido ainda alfabetizados, acolhendo alunos pobres sem a necessidade de pagamento. Dentre essas instituições, se destacavam a escola da Imperial Sociedade Amante da Instrução¹⁵, o Liceu de Artes e Ofícios, estabelecido pela Sociedade Propagadora das Belas-Artes e em funcionamento desde 1856,

10 LEFF, Op. Cit., p. 489-500.

11 Ibid., p. 492-494.

12 BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1870*. Assembleia Legislativa: 3ª sessão da 14ª Legislatura. Ministro: João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871. Anexo D, p. 4.

13 Ibid., p. 16-20.

14 OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003, 326 f.

15 RANGEL, Ronaldo Raemy. *A trajetória da Sociedade Amante da Instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829-1876)*. 2013. 189 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

onde eram ministradas aulas de aritmética, álgebra, desenho de figuras e geometria no período noturno¹⁶, e a escola noturna da Reunião dos Expositores da Indústria Brasileira, fundada em 1870¹⁷. Somam-se a essa lista as escolas do Liceu Literário Português, da Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa e do Instituto Comercial, embora nem todas fossem voltadas somente à instrução primária, com algumas disponibilizando cursos profissionalizantes¹⁸.

Dentro da proposta desses empreendimentos, a Sociedade Auxiliadora buscou se utilizar das escolas beneficentes para conquistar seu propósito último: beneficiar a indústria nacional. Partindo dessa premissa, este artigo abordará a história das duas instituições escolares criadas por essa associação, seus currículos e suas performances enquanto instituições beneficentes e educacionais. O cerne do artigo está estruturado em quatro seções: os projetos que antecederam as escolas da década de 1870 e as discussões internas sobre a criação de escolas na Auxiliadora, a inauguração e o funcionamento da Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e da Escola Industrial, respectivamente, e a dissolução das duas instituições no início do século XX.

2. Dois projetos (1865-1871)

Na Sociedade Auxiliadora, o interesse em criar escolas já era antigo, remontando aos seus primeiros anos de atividade, embora frequentemente malsucedido. Na década de 1830, foi criado um projeto para o estabelecimento de cursos noturnos gratuitos no prédio do Museu Nacio-

16 BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro: dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900*. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

17 O *TRABALHO*: periodico da Sociedade Reunião dos Expositores da Industria Brasileira, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 1-4, 1870.

18 COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da Corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, 2011. DOI: 10.1590/S0101-73302011000100004.

nal. Apesar da sanção governamental¹⁹, a falta de referências e ausência de menções nos inclina a concluir que elas nunca funcionaram – opinião essa compartilhada por Ladislau Netto (1838-1894), diretor do Museu Nacional na segunda metade do Oitocentos e sócio da Auxiliadora²⁰. Em 1849, novamente se tentou estabelecer cursos no prédio do Museu, na forma da criação da cadeira de química, ocupada por Pedro de Alcântara Lisboa (1821-1885)²¹. Disputas sobre o salário e a própria necessidade daquele empreendimento, no entanto, levaram à sua saída do cargo. É incerto se alguma aula foi de fato ministrada²². Apenas três anos mais tarde, foi proposto que se fundasse uma escola prática na qual fosse ensinado o uso dos instrumentos agrários, mas o projeto foi igualmente malfadado²³.

A partir de 1857, os seus estatutos passaram a trazer, entre os objetivos da entidade, o estabelecimento de “cursos teóricos em que se desenvolvam as doutrinas, e se expliquem os princípios sobre que se baseiam as diversas industriais”²⁴, restabelecendo o projeto educacional entre os principais objetivos da associação. Mas, fossem restrições orçamentárias ou prioridades distintas, a associação não discutiu uma proposta concreta para criação de escolas nos anos que se seguiram. Após a primeira Exposição Nacional, em 1861, organizada com a concorrência da Auxiliadora, o conselheiro Joaquim Antônio de Azevedo (1819-1878)²⁵ argumentou que

19 BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1830*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. t. 2, p. 26-27.

20 BRASIL, Loc. Cit.; NETTO, Ladislau de Souza Mello. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870. p. 59-60.

21 SESSÃO do dia 11 de maio de 1849. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 30, 1849.

22 *Ibid.*, p. 37; 39-40.

23 SESSÃO do Conselho, em 15 de março de 1853. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 356-357, 1853.

24 BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1857*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. v. 2, t. 20, p. 153-159.

25 A biografia conhecida de Azevedo é escassa. Á época da fundação das escolas, ele era funcionário público de carreira, tendo ocupado diferentes funções dentro da contabilidade pública, primeiro enquanto adido à contadoria geral de revisão do Tesouro Nacional e depois na alfândega da Corte. Esteve envolvido nos esforços para organizar exposições nacionais a partir da Sain, fazendo parte da organização das exposições nacionais que se seguiram, como a de 1861 e a 1875. Foi também

ela havia deixado “ver bem patente o atraso em que estamos a respeito da nossa indústria [...]”²⁶. Para Azevedo, a associação poderia contribuir para o progresso da indústria nacional por meio da educação profissional em escolas. Assim, em 1865, por iniciativa sua, o Conselho Administrativo da associação tornou a discutir uma proposta para a criação de escolas, na forma do estabelecimento de uma escola elementar, secundária e prática.

Na sessão do Conselho Administrativo de quinze de julho de 1865, Joaquim Antônio de Azevedo propôs, pela vez primeira, que a Sociedade Auxiliadora formasse uma comissão para analisar o projeto da criação de uma instituição intitulada Escola Industrial²⁷. Um mês mais tarde, apesar de uma análise positiva da comissão, que estabeleceu um paralelo positivo entre a atitude recente dos governos em relação à educação pública, pois antes “temiam os governos instruir os povos e os deixavam permanecer na ignorância [...]”²⁸, em oposição à dita modernidade iluminista, na qual os indivíduos ilustrados enxergariam na instrução do operariado “[...] uma necessidade palpitante, reconhecida e afagada por todos os governos dos povos civilizados”²⁹; as discussões se prolongaram e não se conseguiu uma deliberação.

Não se ouviu sobre a proposta durante os dois anos seguintes, até que na sessão do Conselho Administrativo de 15 de março de 1867, com a presença do imperador d. Pedro II, que comparecia à sede da agremiação pela décima primeira vez, o presidente da associação colocou para discussão a proposta de Azevedo para que, ao lado da Escola Industrial, fosse criada uma escola primária para adultos. De acordo com a propos-

membro fundador da Sociedade de Estatística do Brasil (1854) e da Sociedade Brasileira de Aclimação (1872), além de ativo membro do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Blake também informa que ele foi oficial da ordem da Rosa e cavaleiro da de Cristo. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, t. 4, p. 84-6.

26 AZEVEDO, Joaquim Antônio de. Creação de uma escola industrial. Projecto do Sr. Azevedo. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 8, p. 299, 1866.

27 SESSÃO do Conselho em 15 de julho de 1865. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 8, p. 296-299, 1865.

28 SESSÃO do Conselho em 15 de julho de 1865, Loc. Cit.

29 SESSÃO do Conselho em 15 de julho de 1865, Loc. Cit.

ta, apresentada em 1º de março daquele ano, a Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos, doravante Escola Primária³⁰, seria financiada com o objetivo de preparar, por meio do ensino elementar, os alunos para frequentarem a Escola Industrial, por sua vez, voltada à uma instrução técnica e profissionalizante.

As discussões se estenderam por mais duas sessões: em 1ª e 15 de abril, igualmente honradas com a presença de sua majestade imperial, e nas quais as propostas para a Escola Primária e Industrial foram debatidas concomitantemente. Alguns membros do Conselho, como Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872) e Lopo Diniz Cordeiro (1834-1919), manifestaram preocupação de que o curso, por ser noturno, seria pouco frequentado. As discussões se esmiuçavam nas particularidades de ambos os projetos, tendo o presidente da associação, José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) – futuro visconde do Rio Branco –, proposto a introdução do ensino do desenho linear para o currículo. No segundo dia de discussões, os debates foram tomados pela premência da questão financeira. A Escola Primária, assim como a Industrial, ambicionava instruir jovens adultos gratuitamente, requereria vários contos de réis para seu custeio. Na visão do tesoureiro, José Botelho de Araújo Carvalho (1827-1907), a associação não possuía os fundos para tal empreendimento – opinião combatida pelo propositor³¹.

Na última sessão, em 15 de abril, iniciada após a vênua de d. Pedro II, quando também teve lugar o terceiro dia de discussões, foi colocado para votação o projeto de Azevedo. Dada a complexidade do projeto e sua vultuosidade, e por iniciativa do próprio Azevedo, a proposta para a criação das duas foi desmembrada. Após votação, cujos detalhes não conhecemos, a criação da Escola Primária foi aprovada pelo Conselho. A discussão e eventual votação acerca de uma Escola Industrial foi poster-

30 O termo *Escola Primária*, com as iniciais capitalizadas, se refere à versão reduzida do extenso nome original da escola.

31 SESSÃO do Conselho em 15 de março de 1867. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 171-186, 1867.

gada³². Em sessão de Assembleia Geral de 18 de março de 1868, o regulamento da escola foi aprovado³³. No mesmo dia, Azevedo foi eleito diretor da Escola Primária³⁴. Assim como as demais posições do Conselho, esse cargo não seria remunerado.

De acordo com esse regulamento, poderiam se matricular na Escola Primária qualquer indivíduo livre do sexo masculino e maior de 14 anos de idade. Não haveria qualquer custo por parte dos estudantes. As matérias ensinadas na escola seriam “ler, escrever, contar; os elementos de gramática nacional, o sistema legal de pesos e medidas e os princípios gerais de moral e religião”³⁵. As aulas teriam lugar três vezes por semana em dias intercalados, com três horas de duração, se iniciando às sete horas da noite no verão e às seis horas da noite durante o inverno. Para ministrar as aulas, se contrataria um professor habilitado, que seria também responsável pela matrícula dos alunos, pontos de frequência, notas de merecimento e comportamento³⁶.

Meses mais tarde, em agosto de 1868, as matrículas para alunos foram abertas no dia 1º daquele mês. A Escola Primária havia sido estabelecida na rua do Hospício, n. 268, na freguesia do Santíssimo Sacramento, atual rua Buenos Aires, a poucas quadras do Museu Nacional, onde era sediada a Auxiliadora. Durante o dia, o prédio na rua do Hospício abrigava a escola pública para meninos daquela freguesia. O edifício havia sido concedido pelo Governo Imperial para uso da associação durante o período noturno, embora ela permanecesse com o ônus de custear as operações do prédio durante esse período³⁷. Como professor, foi contra-

32 SESSÃO do Conselho em 15 de abril de 1867. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 233-235, 1867.

33 SESSÃO de Assembleia Geral em 18 de março de 1868. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 129-132, 1868.

34 *Ibid.*, p. 134.

35 PROJECTO para a Escola Nocturna de Adultos creada pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 61-66, 1868.

36 PROJECTO..., Loc. Cit.

37 BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1868*. Assembleia Geral Legislativa: 1ª sessão da 14ª legislatura. Ministro: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional,

tado João Rodrigues da Fonseca Jordão, professor de instrução primária durante o dia na mesma escola³⁸. Para dar notícia da abertura dos cursos, a associação fez publicar anúncios em jornais da Corte:

Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. – Escola noturna para adultos. – Tendo esta Sociedade fundado um curso noturno de instrução primária, gratuito, para operários e aprendizes que não possuam os rendimentos elementares, assim se faz público para conhecimento dos mestres e diretores de oficinas, a fim de que dirijam o pessoal de seus estabelecimentos à esta escola, cuja matrícula se acha aberta na casa que tem de funcionar a mesma escola à rua do Hospício n. 268.³⁹

O esforço, porém, foi debalde. Os anúncios não trouxeram nem mesmo um único aluno para se matricular. Anos depois, Joaquim Antônio de Azevedo narrou ter pessoalmente visitado, com outros filiados, fábricas e oficinas para convidar os trabalhadores a se matricularem, mas o esforço deles foi igualmente infrutífero. Resolutos, mais uma vez recorreram a anúncios na imprensa, endereçando-os aos pais, proprietários, mestres de obras e diretores de fábricas uma mensagem para que eles aconselhassem seus filhos e funcionários a se matricularem na escola. Um mês após a abertura da escola, contudo, ela permanecia inoperante devido à falta de alunos, a respeito do qual Azevedo conjecturaria várias razões para esse problema. Em um primeiro momento, aventou a possibilidade de que a reticência ou desinteresse daqueles indivíduos era porque “[...] tinham vergonha de ir à escola aprender o que não sabiam e de que tanto careciam”⁴⁰. Por outro lado, argumentou que os responsáveis por esses jovens, fossem os pais, proprietários de estabelecimentos industriais ou mestres de obras, pouco se importavam com sua instrução; em vez disso, priorizavam o trabalho. Ao fim, contudo, a conclusão de Azevedo foi a de

1869. p. 27.

38 ESCOLA noturna gratuita para adultos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 228, p. A1, 1868.

39 AZEVEDO, Joaquim Antônio de. Exposição sobre a Escola Nocturna Gratuita de Instrução Primária para Adultos. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 58, 1870.

40 AZEVEDO, Loc. Cit.

que a legislação era deficiente por não criar compulsoriedades para que eles procurassem uma escola e, em uma proposta para qual dedicou mais atenção, era deficiente por não conceder incentivos para que operários jovens e pobres, matriculados em cursos como os da Escola Primária, fossem isentos do recrutamento e serviço para a Guarda Nacional da mesma forma como eram os estudantes de cursos preparatórios e de ensino superior.

Mais tarde, naquele mesmo ano, em 21 de setembro, Azevedo enviou um ofício ao presidente da associação relatando as dificuldades enfrentadas pela Escola Primária e as suas propostas para melhorar a situação na qual se encontrava. Para o seu idealizador, a mais significativa medida seria a “[...] isenção do recrutamento e do serviço da guarda nacional tão somente para os operários matriculados na escola”⁴¹, desde que a frequência, a aplicação e o aproveitamento desses alunos fossem certificados pelo diretor da escola. A requisição se fundava no argumento de que instituições similares haviam também requisitado isenções para os seus alunos⁴², com base no artigo 14 § 3º da lei nº 602, de 19 de setembro de 1850⁴³. Sem a implementação dessa medida, argumentou, a escola não poderia ter sucesso. Em outras ocasiões, ele chamou a Guarda Nacional de o grande inimigo do operário nacional. Por sua vez, José Maria da Silva Paranhos remeteria, em 12 de outubro, o pedido para o ministro e secretário dos Negócios do Estado do Império, Paulino José Soares de Souza (1834-1901)⁴⁴.

41 SESSÃO do Conselho em 9 de outubro de 1868. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 431, 1868.

42 SESSÃO do Conselho em 9 de outubro de 1868. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 430-432, 1868; AZEVEDO, Joaquim Antônio de. Exposição sobre a Escola Nocturna Gratuita de Instrução Primária para Adultos. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 60-61, 1870.

43 BRASIL. Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850. Dá nova organização á Guarda Nacional do Imperio. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil – 1850*: Poder Legislativo, Rio de Janeiro, v. 1, pt. 1, p. 314, 24 set. 1850. Disponível em: bit.ly/3C4nzAw. Acesso em: 27 dez. 2022.

44 SESSÃO do Conselho em 9 de outubro de 1868. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 432-433, 1868.

Apesar de algumas concessões, como isentar no máximo 20 alunos da escola do recrutamento, o que Azevedo dizia ser inócuo, nada foi comentado acerca do serviço para a Guarda Nacional. Por fim, foi relatado que as negociações foram finalizadas em setembro de 1869. Quaisquer outras que fossem as concessões obtidas ou não, pois não são elas conhecidas, a Escola Primária encerraria o ano de 1869 sem que um único aluno houvesse se matriculado. Em um aparte, a despeito dos relatórios institucionais, é possível que algumas aulas tenham sido ministradas na escola da freguesia do Santíssimo Sacramento. Conquanto a documentação interna não apresente evidências nesse sentido, o relatório da Secretaria de Estados dos Negócios do Império de 1869 afirmou que um chinês⁴⁵ havia frequentado a escola, mas não por muito tempo⁴⁶.

Com o insucesso em obter todas as concessões desejadas do Governo Imperial, o Conselho passou a buscar o auxílio entre seus filiados. Assim, por concorrência de outro associado – o engenheiro André Pinto Rebouças (1838-1898), à época diretor geral das obras hidráulicas e internas da alfândega –, foi requisitado que os jovens que ambicionassem por trabalhar nas referidas obras, e não soubessem ler, fossem obrigados a frequentar a escola da Auxiliadora. Após o aval de André Rebouças, a escola finalmente conseguiu os seus primeiros 46 alunos⁴⁷. Antes do início do ano letivo, mais 7 alunos se matriculariam, totalizando 53 alunos. Apesar do projeto não ter obtido fruição por dois anos, a inauguração da Escola Primária havia sido marcada para janeiro de 1870⁴⁸.

45 O relato é particularmente cômico porque a Sain e o Governo Imperial estavam envolvidos em longas discussões sobre a imigração chinesa para o Império, sobre a qual muitos membros do Conselho da agremiação se opunham, particularmente Nicolau Joaquim Moreira. Cf. LIMA, Sílvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

46 BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1869*. Assembleia Geral Legislativa: 2ª sessão da 14ª legislatura. Ministro: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870. p. 10-11.

47 Sobre o perfil desses alunos, cf. SESSÃO do Conselho em 1º de dezembro de 1869. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p. 499-500, 1869.

48 *Ibid.*, p. 514.

Os problemas, contudo, não haviam se encerrado. Em maio de 1870, o novo diretor, José Manoel Garcia (?-1884)⁴⁹, explicou ao Conselho que a Escola Primária sequer havia sido instalada na rua do Hospício, porque, não somente o professor contratado pela associação, João Rodrigues da Fonseca Jordão, não mais desejava o emprego, como também não consentiu que ela fosse estabelecida na escola na qual era professor⁵⁰. Pouco tempo depois, foi explicado que Jordão declarou não poder se responsabilizar pela conservação dos móveis da escola, uma vez que a sala fosse entregue para outro professor⁵¹. Apesar da contenda, os membros do Conselho optaram por continuar com os planos para a instalação da Escola Primária no prédio da escola na freguesia do Santíssimo Sacramento⁵².

Para a substituição de Jordão, foi nomeado, em junho, Camillo de Lellis e Silva Júnior (?-?), sócio efetivo da associação⁵³. Embora pouco seja conhecido a seu respeito, sabe-se que ele era engenheiro geógrafo⁵⁴ e professor há pelo menos 20 anos⁵⁵. Novamente, porém, não foi essa a solução derradeira. A substituição de Jordão causou um desentendimento entre o Conselho e Paulino José Soares de Souza, que ocupava interina-

49 Adicionalmente, ele era mestre em artes, professor de latim e francês e secretário do Colégio Dom Pedro II.

50 SESSÃO do Conselho em 16 de maio de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 5, p. 193-194, 1870.

51 SESSÃO do Conselho em 17 de junho de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 232-233, 1870.

52 SESSÃO do Conselho em 1º de agosto de 1868. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 334, 1868.

53 SESSÃO do Conselho em 15 de julho de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, p. 293-294, 1870.

54 SILVA JUNIOR, Camillo Lellis e. Discurso pronunciado pelo engenheiro geographo Camillo Lellis e Silva Junior, professor da escola nocturna de adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, no dia da abertura solemne da mesma escola, 20 de Maio de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 248, 1871.

55 GARCIA, José Manoel. Discurso proferido pelo mestre em artes José Manoel Garcia, director da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, por ocasião da abertura solemne da mesma escola no dia 20 de Maio de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 246, 1871.

mente o cargo de inspetor geral da instrução primária e secundária do município. Como as aulas à noite não seriam ministradas pelo professor da escola pública, o ministro informou o Conselho que a autorização para utilização do prédio da escola não era mais aplicável. Com essa decisão do gabinete, Garcia se viu forçado a procurar, entre os edifícios públicos do município, um novo local para o estabelecimento da escola⁵⁶.

Quase três meses mais tarde, em setembro, Garcia notificou o Conselho que algumas das salas do edifício do Arquivo Público, na rua do Ourives, n. 1, haviam sido desocupadas por razão da saída do Hospital da Ordem Terceira do Carmo⁵⁷. Após seis três de negociação com o Governo Imperial, em 9 de janeiro o Conselho foi notificado que a Secretaria de Estado dos Negócios do Império havia mandado preparar uma sala no prédio do Arquivo Público⁵⁸ para que fosse utilizado para a instalação da escola⁵⁹. Finalmente, em maio, o Conselho foi informado que a preparação para sua instalação no referido prédio havia sido concluída e a sala se encontrava à disposição⁶⁰. O Governo Imperial arcou com todas as despesas relativas à pintura, papel de parede e encanamentos para água, esgoto e gás⁶¹.

Posteriormente, o Conselho foi informado que as tratativas para a concessão da sala do prédio na rua dos Ourives haviam sido realizadas por José Ildefonso de Sousa Ramos, barão das Três Barras (1812-1883), vice-presidente da Auxiliadora, senador e membro do Conselho de Estado. Utilizando-se de sua influência, o barão das Três Barras negociou

56 SESSÃO do Conselho em 1 de agosto de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 8, p. 312, 1870.

57 SESSÃO do Conselho em 17 de setembro de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 9, p. 367, 1870.

58 Atuais ruas Rodrigo Silva e Miguel Couto.

59 SESSÃO do Conselho em 4 de fevereiro de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 57, 1871.

60 SESSÃO do Conselho em 15 de maio de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, p. 198, 1871.

61 SESSÃO do Conselho em 16 de maio de 1870, Op. Cit., p. 200-201.

com João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919)⁶², ministro e secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a concessão de uma sala em um prédio público para a escola. Porém, essa relação entre a agremiação e o Governo Imperial estava longe de ser atípica. Os cargos de presidente e vice-presidente da associação eram frequentemente ocupados pelos mais importantes nomes da política imperial. Desde 1865, o presidente da associação era o visconde do Rio Branco, à época ministro e secretário das Relações Exteriores e membro do Conselho de Estado. Como apresentado, a relação entre o Governo Imperial e a Auxiliadora se mostrou profícua desde a sua fundação, com os vínculos se multiplicando no decorrer dos anos: a agremiação era sediada no prédio do Museu Nacional desde 1828 e beneficiária de subsídios anuais pagos pelo Tesouro Nacional desde 1842⁶³.

3. Escola Primária (1871-1884)

Após mais de três anos desde a aprovação dos seus regulamentos, a Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos foi, enfim, inaugurada em 20 de maio de 1871, na rua dos Ourives, n. 1, em uma sala do prédio do Arquivo Público⁶⁴. Estavam presentes na cerimônia de inauguração 31 personalidades da Auxiliadora e do Governo Imperial. Dentre filiados da Auxiliadora, estava presente o barão das Três Barras, primeiro vice-presidente; Joaquim Antônio de Azevedo, segundo vice-presidente; José Pereira Rego Filho (1843-1828), secretário geral; José Augusto Nascentes Pinto, secretário adjunto; José Botelho de Araújo Carvalho, tesoureiro; José Manoel Garcia, diretor da escola, Camillo de Lellis e Silva Júnior, pro-

62 Em retribuição, a Sain nomeou João Alfredo Correia de Oliveira para sócio honorário. Cf. *O AUXILIADOR da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 7/10, p. 284; 434-435, 1872.

63 Sobre as relações da Sain e o Governo Imperial, cf. PENTEADO, David Francisco de Moura. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade uma associação civil a serviço do Estado brasileiro. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 61-86, 2022. DOI: doi.org/10.53727/rbhc.v15i1.728.

64 XAVIER, Francisco José. Termo de inauguração da escola nocturna gratuita de instrucção primaria para adultos, creada pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 243, 1871.

fessor da escola; e Cândido José de Araújo Viana, visconde de Sapucaí (1792-1875), membro do Conselho de Estado e senador⁶⁵. Compareceram também diversos indivíduos vinculados a administração da educação na Corte, alguns dos quais compunham o corpo de membros da associação, como José Bonifácio Nascentes de Azambuja (1814-1877), inspetor geral interino da Instrução Pública Primária e Secundária e filiado da Auxiliadora; Felipe da Motta Azevedo Corrêa, membro do conselho diretor da Inspeção da Instrução Pública e filiado; e o padre Guilherme Luiz de Araújo, coadjutor da freguesia do Santíssimo Sacramento. A cerimônia de inauguração também contou com a participação de d. Pedro II, presidente perpétuo da Auxiliadora; e o príncipe Gastão de Orléans, o conde d'Eu (1842-1922), presidente honorário⁶⁶.

No momento de sua instalação, a Escola Primária, contando com cerca de duzentos alunos⁶⁷, era uma das seis escolas noturnas no município da Corte⁶⁸. Contrapondo-se às adversidades dos anos anteriores, as aulas ocorreram sem contratemplos. No mesmo sentido, os números de matrículas eram significativos. Ao longo do seu primeiro ano de atividade, o número de matrículas teria alcançado o marco de 390 matriculados⁶⁹. Os relatórios sobre os alunos igualmente traziam detalhes prosopográficos sobre eles⁷⁰. A partir desses relatórios, sabemos que a maioria dos alunos eram brasileiros (66%) – embora houvesse um número significativo de portugueses (28%) –, possuía entre 14 e 20 anos de idade (52%), seguidos por jovens entre 21 e 30 anos de idade (34%) e, dentre as distintas profissões as quais ocupavam, um quinto era de carpinteiros (20%) (cf. Tabela 1)

65 Ibid., p. 243-244.

66 D. Pedro II se tornou presidente perpétuo da Sain em 1865. Cf. SESSÃO do Conselho em 15 de abril de 1865. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 202, 1865.

67 GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 9, p. 398-399, 1872.

68 OLIVEIRA, Op. Cit., anexo 6.

69 BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1871*. Assembleia Legislativa: 4ª Sessão da 14ª Legislatura. Ministro: João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. p. 23-24.

70 GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Continuação). *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 9, p. 403, 1872.

Tabela 1

Perfil dos alunos matriculados na Escola Primária durante o ano de 1871

Nacionalidade		Idade		Profissão	
Brasil	260 (66%)	14-20	204 (52%)	Carpinteiros	80 (20%)
Portugal	112 (28%)	21-30	134 (34%)	Pedreiros	27 (6,9%)
França	7 (1,7%)	31-40	40 (10%)	Alfaiates	22 (5,6%)
Alemanha	4 (1%)	41-50	11 (2,8%)	Caixeiros	19 (4,8%)
Rússia	2 (0,5%)	51-52	1 (0,2%)	Marceneiros	19 (4,8%)
Espanha	1 (0,2%)			Serventes	18 (4,6%)
Países Baixos	1 (0,2%)			Ferreiros	15 (3,8%)
Paraguai	2 (0,5%)			Maquinistas	13 (3,3%)
Outros	1 (0,2%)			Outros	179 (45%)
Total			390		

Fonte: GARCIA, Relatório dos trabalhos..., Op. Cit., n. 9, p. 403.

(1) Em uma inconsistência da fonte primária, consta 392 alunos na lista de profissões.

A Escola Primária separava seus alunos em duas seções e em quatro classes (cf. Figura 1). As classes correspondiam aos progressos e performances dos alunos nos exames de habilitação, realizados a cada três meses. No total, havia oito classes, que ensinavam diferentes níveis de leitura, escrita, aritmética, e religião e moral⁷¹. As seções correspondiam aos dias nos quais as aulas eram ministradas, uma vez que elas se intercalavam na semana, com as aulas para os alunos da primeira seção ministradas nas segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras; enquanto isso, os alunos da segunda seção possuíam aulas nas terças-feiras, quartas-feiras e sábados. Naquele ano e em todos os anos seguintes nos quais a Escola Primária e o periódico estiveram em atividade, os trabalhos e progressos

⁷¹ Para o currículo da escola, que incluía história, higiene e geografia, cf. SESSÃO do Conselho em 15 de Julho de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, p. 289-293, 1870.

na escola foram relatados nas páginas do órgão de divulgação da Auxiliadora. A partir dessa documentação, sabemos que a escola possuía um número crescente de matrículas duramente a maior parte da década de 1870. Através de suas páginas é também possível conhecer as notas, lista de aprovações e reprovações dos exames dos alunos.

Figura 1

Tabella das lições da Escola Primária no terceiro trimestre do ano de 1871

Tabella das lições da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional
TERCEIRO TRIMESTRE DO ANNO DE 1871

HORAS	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe
7 — 7 30 ^m	Instrucção moral e religiosa.	Correcção de trabalhos escriptos.	Correcção de trabalhos escriptos.
7 30 ^m — 7 40 ^m	Leitura.	Religião.	Arithmetica.
7 40 ^m — 8	Leitura.	Arithmetica.	Religião.
8 — 8 30 ^m	Arithmetica.	Escripção.	Leitura.
8 30 ^m — 9	Escripção.	Leitura.	Escripção.

1ª Secção: Segundas, Quartas e Sextas-feiras. — 2ª Secção: Terças, Quintas e Sabbados.

Rio de Janeiro, em 3 de Junho de 1871.

JOSÉ MANOEL GARCIA, Director.

Fonte: GARCIA, José Manuel. Tabella das lições da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Terceiro trimestre no anno de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 281, 1871.

As instalações da escola eram sabidamente modestas. Por vezes, o próprio diretor dos cursos comentava, em seus relatórios, acerca de problemas nas condições do prédio. Contou, contudo, com pequenos progressos, como o estabelecimento de uma biblioteca no prédio da Escola Primária em setembro de 1871, frequentada por docentes e discentes. O enxuto acervo possuía cerca de duzentas obras, das quais 130 haviam sido doadas pelo diretor José Manuel Garcia⁷², “onde já se encontram tratados de pedagogia e obras que versam sobre todas as matérias ensi-

72 GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (Continuação). *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 10, p. 452-453, 1872.

nadas na escola⁷³. Além dos custos operacionais, a Auxiliadora também custeava o material escolar dos alunos, distribuindo os livros utilizados nas disciplinas para aqueles que não pudessem pagar por eles, assim como papel, penas, tinta, lápis, lousas e réguas⁷⁴.

Além disso, o corpo docente era igualmente pequeno. Durante os primeiros anos de atividade, eram quatro os professores empregados pela escola, um titular e três adjuntos. A partir de 1876, porém, o número de alunos não justificava os elevados custos para manter quatro professores, o que fez com que o tamanho do corpo docente fosse reduzido para apenas dois professores, um titular e um adjunto. Apenas na década de 1880 o número de professores seria novamente expandido, quando foi feita a contratação de mais um professor, totalizando três professores⁷⁵.

73 *Ibid.*, p. 453.

74 SESSÃO do Conselho em 15 de janeiro de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 8, 1872.

75 Informações obtidas a partir dos balanços anuais da Sain.

Figura 2

Fotografia do prédio do Arquivo Público datada em 1909, localizado na rua dos Ourives, n. 1, onde foi estabelecida a Escola Primária entre 1871 e 1874



Fonte: CAMPOS, Augusto Cesar de Malta. *O Arquivo Público*; rua dos Ourives, esquina com rua da Assembléia. 1 fotografia, gelatina/prata, P&B, 17,3 cm x 22,6 cm, sp:20,3 cm x 25,4 cm, c. 007A5P3F10-040 (Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro). 1909.

As condições precárias do prédio do Arquivo Público (cf. Figura 2) logo trouxeram problemas. Em fevereiro de 1874, uma revisão das condições das salas da Escola Primária, realizadas pela Inspeção de Instrução Pública⁷⁶, fez com que a Auxiliadora a transferisse para um prédio na rua São Pedro, n. 300, onde estava estabelecida a Escola Industrial⁷⁷. O novo prédio havia sido alugado pela associação e parcialmente custeado

76 SESSÃO do Conselho em 3 de fevereiro de 1874. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 55, 1874.

77 SESSÃO do Conselho em 18 de fevereiro de 1874. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 104, 1874.

por ela, com a colaboração do Tesouro Nacional, somando 300 mil réis mensais (300\$000)⁷⁸. A Escola Primária continuou no prédio da rua São Pedro até o fim do ano de 1876. Meses antes, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império comunicou, em 14 de agosto de 1876, não poder continuar a prestar o auxílio para o aluguel da casa em que funcionavam as aulas⁷⁹. Sem o subsídio, as duas escolas foram localizadas em 1878 sediadas na Praça da Aclamação, n. 31.

As mudanças de endereços coincidiram com a queda na frequência dos alunos. Entre janeiro e março de 1878, o número de alunos matriculados era de apenas 85⁸⁰. O relatório de 1879 do diretor José Manoel Garcia notificou o Conselho sobre o problema da evasão escolar. Em suas palavras, “Os professores, particularmente os da Escola Noturna, foram geralmente assíduos. Outro tanto se não pode dizer da maioria dos alunos, que, sem motivo plausível, abandonaram as aulas, no meiado do ano”⁸¹. Quaisquer que fossem as razões dos alunos ausentes, o resultado era que apenas um terço dos matriculados na Escola Primária comparecia às aulas. Considerando isso, os números de matrículas não contam toda a história, uma vez que a frequência desses alunos aparentou ter sido um frequente problema. Mesmo durante os primeiros anos, dos 240 alunos da Escola, cerca de 200 frequentavam as aulas⁸². Em 1884, em meio à redução no número de alunos e a dificuldades orçamentárias, novos

78 SESSÃO do Conselho em 1º de maio de 1874. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 184-185, 1974.

79 SESSÃO do Conselho em 21 de agosto de 1876. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 9, p. 331, 1876.

80 RELAÇÃO dos alumnos matriculados na Escola nocturna de adultos, de Janeiro a Março de 1878. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 94, 1878.

81 GARCIA, José Manoel. Escolas Nocturnas. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 9, 1880.

82 SESSÃO do Conselho em 1º de maio de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 186, 1872.; SESSÃO do Conselho em 1º de julho de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 7, p. 275, 1872.

regulamentos foram aprovados para condensar o número de classes, integrando-a à Escola Industrial, criada em 1872⁸³.

4. *Escola Industrial (1872-1884)*

Embora o plano para sua criação remonte à década de 1860, as deliberações sobre o estabelecimento da Escola Industrial foram suspensas até a inauguração da Escola Primária. Quando retomadas, o projeto se mostrou mais enxuto, com a marcada ausência das aulas práticas. O termo *industrial* também passava a trazer uma semântica mais próxima à atual, com o seu currículo trazendo pouquíssimas disciplinas relacionadas à agricultura. Sua trajetória até a inauguração, porém, foi menos turbulenta e sem dificuldades para se conseguir alunos. Em junho de 1872, José Manoel Garcia notificou o Conselho que a Secretaria de Estados dos Negócios do Império havia alugado o primeiro andar de um prédio na rua do Carmo, n. 1, “esquina da Assembleia”, para o funcionamento da escola⁸⁴. O Governo Imperial despendia 120 mil réis mensais (120\$000) com o aluguel e chegou a disponibilizar até 500 mil réis (500\$000) para as despesas necessárias do prédio⁸⁵.

Os regulamentos da Escola Industrial foram aprovados em julho de 1872. Assim como na Escola Primária, poderiam se matricular homens livres maiores de 14 anos de idade; diferentemente, porém, havia a necessidade de aprovação em um exame de admissão. Ordinariamente, os cursos teriam início em 3 de fevereiro e se encerrariam em 31 de outubro, com três dias letivos por semana, em datas alternadas, e seguindo os mesmos feriados das escolas públicas. Durante o verão, as aulas eram iniciadas às 19 horas da noite e terminavam às 10 horas; no inverno, os horários eram 1 hora mais cedo. Novamente, assim como na escola irmã, os exames finais eram realizados no fim do ano, com a elegibilidade dos

83 REGULAMENTO para os cursos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 26-29, 1885.

84 SESSÃO do Conselho em 15 de junho de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 234, 1872.

85 SESSÃO do Conselho em 1º de julho de 1872, Op. Cit., p. 276.

alunos para os exames sendo uma incumbência dos professores. A aprovação em todas as matérias de um e outro curso garantiria o diploma de engenheiro mecânico⁸⁶.

Tabela 2
Lista de matérias ofertadas pela Escola Industrial em 1872

	Curso Preparatório	Curso Industrial
1º Ano	Gramática, Filologia e Composição Portuguesa; Aritmética, Álgebra e Metrologia; Geografia Geral e Corografia do Brasil; Lógica; Francês; Desenho Linear.	Geometria Descritiva e Perspectiva; Física; Química; Contabilidade, escrituração e legislação industrial; Alemão; Desenho aplicados às artes e ofícios.
2º Ano	Literatura Portuguesa e Brasileira; Geometria, Trigonometria e Estereometria; Principais época da história geral e da do Brasil; Ciência Moral; Inglês; Desenho de Ornatos.	Mecânica; Física Industrial; Química Industrial; Zoologia, Botânica e Tecnologia Orgânica; Economia e Estatística Industrial; Desenho figurado e máquinas.
3º Ano		Mecânica Industrial; Mineralogia, Geologia e Tecnologia Mineral; Construção Civil; Geografia e História Industrial; Higiene Industrial; Desenho de Máquinas e Arquitetura.

Fonte: GARCIA, Instruções para a abertura..., Op. Cit., p. 291-295.

A Escola Industrial foi inaugurada oficialmente em 9 de setembro de 1872⁸⁷. Porém, desde agosto já funcionavam seus primeiros cursos, de inglês e francês, ministrados por Jasper Lafayette Harben e Manoel de Mello Braga, respectivamente, transferidos da Escola Primária. Em seguida, fo-

86 GARCIA, José Manuel. Instruções para a abertura e direção da "Escola Industrial". *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 7, p. 293, 1872.

87 REGO FILHO, José Pereira. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. (Continuação). *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 12, p. 519, 1873.

ram abertas as aulas de gramática, filologia e composição portuguesa; de aritmética, álgebra e metrologia; de geografia geral e corografia do Brasil; de lógica; de desenho linear; de geometria, trigonometria e estereometria; de história geral e do Brasil; e de alemão⁸⁸. Durante esses primeiros anos, os professores da Escola Industrial não eram remunerados. Usualmente, eles eram filiados da Auxiliadora habilitados para lecionar que se voluntariaram para dar aulas. De todo modo, apesar da extensa lista de matérias ofertadas (cf. Tabela 2), apenas um pequeno número de matérias funcionou durante seu primeiro ano, devido à falta de alunos nos anos seguintes⁸⁹.

Não foram encontrados os números referentes às matrículas para o seu primeiro ano de atividade; em compensação, se obteve os números para o ano de 1873, no qual a Escola Industrial possuía apenas 105 alunos. Em sua maioria, eram brasileiros (86%) e jovens entre 14 e 21 anos de idade (56%). E, embora a nacionalidade e faixa etária fossem similares aos dos alunos da Escola Primária, a profissão deles, porém, aparentou indicar que um público distinto frequentava suas aulas, o que pode ser explicado pelo nível avançado das classes oferecidas. O grupo composto por estudantes sem uma profissão declarada (19%) era o maior entre os alunos (cf. Tabela 3).

88 João Baptista de Noronha Feital para a cadeira de Aritmética, Álgebra e Metrologia; Nuno Ferreira de Andrade para a de Lógica; Alberto Augusto Isaacson para a de Desenho Linear; e João Henrique Bracon para a de Alemão. Cf. SESSÃO do Conselho em 19 de agosto de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 8, p. 329, 1872.

89 SESSÃO do Conselho em 15 de janeiro de 1873. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 42, 1873.

Tabela 3

Perfil dos alunos matriculados na Escola Industrial durante o ano letivo de 1873

Nacionalidade		Idade		Profissão	
Brasil	91 (86%)	14-21	59 (56%)	Estudantes	20 (19%)
Portugal	10 (9,5%)	22-40	46 (43%)	Caixeiros	16 (15%)
Espanha	1 (0,9%)			Funcionários Públicos	15 (14%)
França	1 (0,9%)			Maquinistas	10 (9,5%)
Alemanha	1 (0,9%)			Tipógrafos	10 (9,5%)
Polônia	1 (0,9%)			Outros	34 (32%)
Total	105				

Fonte: GARCIA, José Manuel. Nota estatística dos alumnos matriculados na Escola Industrial da Sociedade Auxiliadora Indústria Nacional, no ano lectivo de 1873. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 204, 1873.

Divididos entre 105 alunos, foram realizadas 242 matrículas em oito diferentes matérias, com as mais populares sendo as classes de francês (26,4%) e gramática e composição portuguesa (26,4%). Destarte, apesar do número menor de alunos, a Escola Industrial se destacou por um ensino técnico e de matérias avançadas (cf. Tabela 4). Nos anos seguintes, seriam adquiridos equipamentos para a construção de um laboratório de química e física⁹⁰ e abertas aulas experimentais de música vocal⁹¹.

90 SESSÃO do Conselho em 18 de fevereiro de 1885. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 26, 1885.

91 SESSÃO do Conselho em 1 de julho de 1879. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 7, p. 145, 1874.

Tabela 4
Lista de matérias com o número de correspondente de matrículas da Escola Industrial durante o ano de 1873

Matérias	Alunos
Gramática e composição portuguesa	63 (26,4%)
Francês	64 (26,4%)
Inglês	37 (15,2%)
Alemão	6 (2,4%)
Aritmética, Álgebra e Metrologia	44 (18,18%)
Geometria, Trigonometria e Estereometria	10 (4,1%)
Geografia Geral e Corografia do Brasil	10 (4,1%)
Desenho Linear	8 (3,3%)
Total	242

Fonte: Ibid., p. 205.

Assim como aconteceu com a Escola Primária, entre os problemas enfrentados por sua administração estavam as condições precárias do prédio no qual estava sediada. Em março do ano de 1873, insatisfeitos com as condições do prédio na rua do Carmo, o diretor tomou a iniciativa de alugar um prédio na rua São Pedro, n. 316, para o funcionamento das aulas⁹². Cinco anos mais tarde, em 1878, dificuldades financeiras para manter o aluguel das salas no prédio nessa rua fizeram com que a Escola Industrial fosse transferida para a Praça da Aclamação, n. 31, juntamente a Escola Primária⁹³. Igualmente, anos mais tarde passou a ter os mesmos problemas de sua escola irmã: a falta de alunos. Fossem as mudanças de endereço ou outros problemas, como a falta de alunos capacitados para frequentarem – razão acreditada pelos Auxiliadores⁹⁴, a Escola Industrial foi de um sucesso modesto inicial para um estado no qual mal possuía

92 SESSÃO do Conselho em 4 de março de 1873. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 89-100, 1873.

93 CARDOSO, José Antonio dos Santos. Escola Industrial.... *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, ano 35, p. 418, 1878.

94 REGO FILHO, José Pereira. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Continuação). *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 9, p. 343, 1876

alunos para justificar sua existência. Em 1880, o diretor José Manoel Garcia comentou que na Escola Industrial havia cerca de “quatro a cinco alunos” em cada classe⁹⁵.

5. Reformulações e finais (1885-1902)

Com a Escola Primária e a Escola Industrial funcionando no mesmo prédio e compartilhando a mesma estrutura institucional, os regulamentos foram reformados para se adequar às novas condições. Apesar de nada ter sido alterado no currículo da Escola Primária – “ensinar-se-á a ler, escrever e contar, elementos de gramática nacional, sistema dos pesos e medidas, aritmética, geografia, elementos da história do Brasil e geometria linear”⁹⁶ –, buscou-se reduzir o escopo do currículo da Escola Industrial, restando apenas cinco cursos: desenho linear, escrituração mercantil, elementos de geometria e álgebra, e de física e química⁹⁷. Em realidade, porém, fosse em razão da falta de professores ou do desinteresse de alunos, a Escola Industrial já estava reduzida apenas ao curso de desenho linear desde 1884, o único com alunos matriculados. As mudanças estatutárias, incluindo a introdução de remuneração aos professores, não pareceram eficazes para reverter a trajetória decrescente do número de alunos nos anos seguintes⁹⁸.

Em 15 de dezembro de 1892, o diretor dos cursos, Francisco Carlos da Silva Cabrita (1857-1923), enviou um ofício para o Conselho no qual informava a realização dos exames nas escolas, mas que boatos acerca da interrupção do auxílio fornecido pelo Governo Federal para a Auxiliadora havia “combalido o espírito dos corpos docentes e discentes”⁹⁹. O diretor dos cursos se referia ao subsídio de seis contos de réis (6:000\$000)

95 GARCIA, Escolas..., Op. Cit.

96 Ibid., p. 26-27.

97 REGULAMENTO..., Loc. Cit.

98 ALUMNOS da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 68, 1884.

99 SESSÃO do Conselho, em 15 de dezembro de 1892. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 4-5, 1896.

que o Tesouro Nacional enviava anualmente. A origem desse subsídio remontava ao ano de 1842, quando a Secretaria de Estado dos Negócios do Império passou a adquirir exemplares d'*O Auxiliador da Indústria Nacional*. Na década seguinte, o subsídio passou a ser de 4 mil contos de réis (4:000\$000). Em 1863, a recém-criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas também passou a subsidiar a associação com um adicional de 2 mil contos de réis (2:000\$000). Portanto, desde a década de 1860, a agremiação se mantinha com o subsídio de 6:000\$000 do erário, mas mesmo esse subsídio não aparentou ser o suficiente em alguns períodos.

Apesar do subsídio, por muito tempo dificuldades financeiras ameaçaram a existência das escolas. Em 1875, a Seção de Finanças da Auxiliadora propôs, entre outras medidas, fechar a Escola Primária como parte de um esforço para eliminar o crescente déficit da agremiação¹⁰⁰. Apenas a Escola Industrial continuaria suas atividades¹⁰¹. De acordo com alguns membros, as instituições públicas e privadas de ensino primário possuíam um bom desenvolvimento, podendo receber os alunos da escola da associação. Alternativamente, se propôs oferecer para o Governo Imperial a sua administração, como medida para exonerá-la dos seus custos¹⁰². À época, porém, medidas de austeridade e, posteriormente, doações de filiados abastados impediram a escola de fechar¹⁰³.

Uma análise orçamentária e do histórico de matrículas das escolas contribui para a compreensão dos seus custos. Entre os anos de 1871 e 1891 foram despendidos, em média, 4:047\$386 réis anuais com as escolas, correspondendo a pouco mais de 34% das despesas totais da Auxiliadora. Em média, se gastou três vezes mais com a Escola Primária do

100 SESSÃO da Assembleia Geral em 15 de fevereiro de 1875. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 58-64, 1875.

101 Entre outras propostas aprovadas para eliminação do déficit, estava a supressão do ensino religioso, ministrado aos domingos desde os primeiros anos. Cf. *Ibid.*, p. 63.

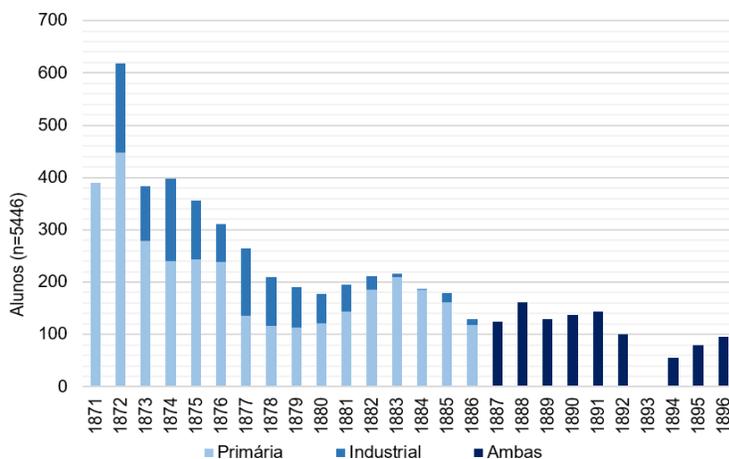
102 SESSÃO da Assembleia Geral em 15 de fevereiro de 1875, *Loc. Cit.*

103 CARVALHO, José Botelho de Araújo. Demonstração da Receita e Despesa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, no ano social de 1876, apresentada pelo respectivo tesoureiro. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 9, 224-225 f., 1878.

que com a Industrial. Com base nos dados das despesas e no histórico do número de alunos matriculados nas duas escolas, foi também possível calcular o custo por aluno. Em média, entre esses mesmos anos, a Auxiliadora gastou anualmente 19\$804 réis por aluno. Pela mesma razão, o custo médio de cada aluno na Escola Industrial, de 38\$662 réis (1872-1884), foi maior do que na Escola Primária, de 14\$729 (1871-1884)¹⁰⁴. Ao mesmo tempo, os altos custos contrastavam com os números decrescentes de matrículas (cf. Gráfico 1).

Gráfico 1

Histórico do número de alunos matriculados na Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e na Escola Industrial entre os anos de 1871 e 1896



Fonte: Elaborado pelo autor.

(1) Existem diferentes fontes para os números de alunos matriculados nas escolas: os documentos institucionais da Sain, relatórios de gabinetes ministeriais e o Almanak Laemmert, com discrepâncias significativas. Nesta pesquisa se utilizou os números apresentados nos documentos institucionais da Sain.

Ao fim, não era apenas um boato as informações sobre a interrupção do subsídio pago pelo Governo Federal. Argumentando que a associação

104 Ver Anexo 1.

era apenas um estabelecimento municipal, e não justificando a existência de um subsídio federal para sua manutenção, o Congresso Nacional suprimiu o subsídio de seis contos de réis em 1892¹⁰⁵. Por consequência, as atividades mais onerosas da agremiação foram interrompidas, isto é, a publicação d'*O Auxiliador*, a Escola Primária e a Escola Industrial¹⁰⁶. A Auxiliadora era incapaz de realizar tudo aquilo que se dedicou a realizar pelos seus próprios meios; a receita obtida somente a partir da venda do periódico e das mensalidades pagas por seus associados raramente conseguiam cobrir todas as suas despesas. Por essa razão, as aulas foram suspensas no fim do ano de 1892.

No ano seguinte, porém, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas informou ao Conselho que a subvenção seria restabelecida pelo Congresso Nacional por iniciativa daquele gabinete¹⁰⁷. Assim, em 1894, em vista das novas condições financeiras, a Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e a Escola Industrial foram reabertas e fusionadas em uma nova instituição, intitulada Escola Noturna Gratuita para Adultos. Sob a nova organização, em vez de classes, seriam ofertadas aulas avulsas, ministradas por cinco professores. Designadas em uma estrutura similar às escolas que substituiu, o período letivo tinha início em 1º de março até 30 de novembro, no período noturno, das 7 às 9 horas da noite¹⁰⁸, com oito disciplinas ofertadas:

1ª Instrução primária (ler, escrever e contar); 2ª Português (gramática, exercícios de redação em seus diferentes ramos); Francês (gramática, tradução de autores fáceis); 3ª Elementos de geografia geral, desenvolvidos na parte relativo ao Brasil, história do Brasil. 4ª Aritmética, até regra de três e suas aplicações, inclusive álgebra, até equações do 2º grau a uma

105 BRASIL. *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 1-2, p. 148.

106 SESSÃO do Conselho, em 15 de maio de 1893. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 9, 1896.

107 SESSÃO do Conselho, em 15 de abril de 1893. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 7, 1896.

108 SESSÃO da Assembleia Geral, em 15 de maio de 1894. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 22-26, 1896.

incógnita; 5ª Geometria prática, desenho industrial; 6ª Elementos de física e química; 7ª Elementos de história natural (com aplicações à indústria), e higiene das habitações; 8ª Elementos de mecânica.¹⁰⁹

Um ano mais tarde, o restabelecimento do subsídio se mostrou efêmero. Na lei orçamentária para 1897, publicada em 10 de dezembro de 1896, o subsídio à Auxiliadora foi derradeiramente suprimido¹¹⁰. Apesar de não se ter encontrado registros diretos da atividade da escola após o ano de 1896, há alguma evidência de que ela continuou em atividade até, pelo menos, o ano de 1902 – a despeito da ausência de subsídio governamental. Em primeiro lugar, revistas do período, como o *Almanak Laemmert*, continuaram a mencionar a escola entre as instituições de ensino do município¹¹¹. Em segundo, a lei orçamentária federal para o ano de 1903, publicada em 30 de dezembro de 1902, fez referência ao funcionamento da escola em um prédio público, supostamente o antigo prédio do Museu Nacional, na Praça da Aclamação, que necessitava de reparos¹¹². Em terceiro lugar, a composição do Conselho da Auxiliadora trouxe listada a posição de diretor de cursos¹¹³ até o ano de 1902¹¹⁴. Dois anos mais tarde, a própria Sociedade Auxiliadora encerrou suas atividades.

109 Ibid., p. 24.

110 BRASIL. *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1896*: partes I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p. 85.

111 SAUER, Arthur. *Colegios. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 57, p. 474, 1902.

112 BRASIL. Lei nº 957, de 30 de dezembro de 1902. Fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, p. 1, 1 jan. 1903. Disponível em: bit.ly/3C2OU6phttps. Acesso em: 5 nov. 2021.

113 Foram diretores das escolas: Joaquim Antônio de Azevedo (1868-1870), José Manoel Garcia (1870-1875), Alexandre A. da Rocha Sattamini (1875), Antonio José de Souza Rego (1876-1877), José Pereira Rego Filho (1878), José Manoel Garcia (1878-1881), Francisco Antonio Pessoa de Barros (1882-1883), José Manoel Garcia (1884), Francisco Antonio Pessoa de Barros (1884-1892), Julio Pinna Rangel (1892), Francisco Carlos da Silva Cabrita (1892-1893), Paulino Martins Pacheco (1893-1902) e Francisco Joaquim Bethencourt da Silva (1902).

114 SAUER, Arthur. *Industria, Grupo 6º. Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, ano 57, p. 734, 1902.

Após anos de declínio, que culminaram na supressão do subsídio governamental, as condições continuaram a se deteriorar nos anos seguintes. Diante das dificuldades para reerguer a agremiação¹¹⁵, foi aprovada a sua fusão e a do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão no Centro Industrial do Brasil, fundado em 10 de agosto de 1904¹¹⁶. Uma associação projetada para ser um órgão de classe de industriais e defender os interesses da indústria, em sua acepção contemporânea. A Escola, contudo, não integrava os objetivos da nova agremiação. Após diversas alterações¹¹⁷, o Centro Industrial do Brasil acabou por se tornar a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)¹¹⁸, representada nacionalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

6. Considerações finais

Até o ano de 1892, foi estimado que 5.237 alunos passaram pelos bancos de Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos e da Escola Industrial, “adultos que de homens-máquinas se transformaram em operários cientes e conscientes”, nas palavras de Nicolau Joaquim Moreira, presidente da Auxiliadora entre os anos de 1880 e 1894¹¹⁹. Um número que pode se estimar maior, considerando que as escolas continuaram funcionando por mais 12 anos após essa estimativa. Embora não tenha sido possível estimar, para todo o período, o número específico de alunos que frequentaram apenas a Escola Noturna de Instrução Primária de Adultos, as frequentes queixas sobre a falta de alunos nas classes da Escola Industrial e os números correspondentes aos primeiros anos parecem indicar que a maioria desses alunos compareciam às aulas da primeira.

115 WEID, Elisabeth von der (org.). *Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1977. p. 21-22.

116 ASSOCIAÇÕES Centro Industrial do Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 247, p. A4, 1904.

117 *BOLETIM do Centro Industrial do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1, 1905.

118 WEID, Op. Cit., p. 22.

119 MOREIRA, Nicolau Joaquim. Parte Oficial. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 12, p. 265, 1892.

Em 33 anos de funcionamento, portanto, apesar de lacunas sobre a assiduidade desses alunos, as escolas atenderam a uma parcela significativa da população carioca.

Ainda que a Escola Industrial tenha sido o primeiro e principal projeto educacional da agremiação, inclusive aquele que mais se adequava aos seus estatutos, foi a Escola Primária que conquistou o maior número de alunos e, por conseguinte, maior financiamento. Uma realidade que refletia a sociedade para qual ela foi criada, composta, em sua expressiva maioria, por analfabetos. O desejo de uma educação profissionalizante, para auxiliar no desenvolvimento da agricultura e indústria nacional, se viu frustrado diante da carência de operários e lavradores com um nível educacional básico que contribuísse para uma instrução especializada. Isso pôde ser observado pelo pequeno número de alunos na Escola Industrial em comparação com a Escola Primária. A incumbência no provimento do ensino primário, uma tarefa eminentemente governamental, não poderia ser completamente substituída por esforços privados. A Auxiliadora não poderia e tampouco queria se dedicar integralmente à instrução primária de jovens e adultos; e, muito embora tenha corretamente antecipado a necessidade de uma instituição de ensino elementar para preparar os alunos para a Escola Industrial, subestimara os esforços necessários.

À parte dos problemas relacionados aos vínculos da Auxiliadora com o Estado brasileiro, as dificuldades enfrentadas pelas escolas da associação eram compartilhadas por instituições congêneres. Os cursos noturnos penavam para conseguir alunos e mantê-los matriculados e frequentando as aulas. Apesar de mais bem sucedidas que algumas de suas contrapartes, essas escolas sofreram com a baixa frequência de alunos durante a maior parte de suas trajetórias. No discurso de inauguração, José Manoel Garcia tentava convencer potenciais alunos a se matricular, a maioria dos quais inseridos no mundo do trabalho. Em determinado trecho, o diretor pareceu reconhecer a origem dos problemas com o número e frequência dos alunos, isto é, a dificuldade de conciliar um trabalho em tempo integral com o estudo noturno: "Nunca vos haveis de arrepender de ter vindo aqui passar, depois das canseiras da oficina durante o dia algumas horas da noite, que poderíeis gastar em prazeres arruinadores da saúde, se-

não comprometedores da honra¹²⁰. Reconhecendo, portanto, que para frequentar a escola os alunos haveriam de preterir suas poucas horas de lazer e destiná-las a um estudo que apenas possivelmente poderia gerar um benefício concreto para eles.

Sob a luz dessas características, a historiografia, de maneira geral, parece ter desenvolvido uma perspectiva negativa das escolas noturnas desse período, com críticas que perpassam o caráter tecnicista de cursos voltados ao mundo do trabalho até a tradicional suspeição em relação a empreendimentos burgueses¹²¹. Para além das investigações acerca de motivações perniciosas, porém, esses projetos educacionais reforçam a imbricada relação entre a instrução primária, educação técnica, civilização e industrialização. Uma relação reconhecida por diversos intelectuais e políticos do período e que, no interior da Auxiliadora, foi capitaneada por Joaquim Antônio de Azevedo, um indivíduo de origem humilde que enxergou na educação uma ferramenta transformadora para indivíduos e nações¹²². Em debates internos, as escolas eram apresentadas como parte de um projeto civilizatório e, simultaneamente, uma melhora para as condições de vida dos trabalhadores, como nas palavras de Nicolau Joaquim Moreira e dos demais membros da comissão responsável por analisar os projetos:

Tornar mais inteligente e mais hábil o operário, esclarecê-lo pela ciência, fazer mais produtivo o trabalho do homem, origem de todos os gozos, fonte de seu bem-estar, é uma necessidade palpitante, reconhecida e afagada por todos os governos dos povos civilizados. [...] Fazer por tanto trabalhar a inteligência do artista é elevar o valor de suas obras, é dar-lhe maior salário, e tornar-lhe a vida mais suave.¹²³

120 GARCIA, Discurso..., Op. Cit., p. 245.

121 COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À luz das lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. 2007. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

122 MOREIRA, Nicolau Joaquim. Elogio do Commendador Joaquim Antonio de Azevedo, pronunciado pelo Dr. Nicolau Joaquim Moreira em sessão solemne da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional em 28 de Junho de 1878. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 1, p. 5-12, 1879.

123 MOREIRA, Nicolau Joaquim. Relatório da Comissão especial nomeada para estudar a proposta. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 8, p. 303; 308, 1866.

As perspectivas presentes nas discussões contemporâneas relativas às escolas e na historiografia refletem o longo debate sobre a quem deve recair a incumbência pela educação profissionalizante, debate que se estende até os dias de hoje. Não obstante as trajetórias das escolas tenham se encerrado no início do século XX, enquanto predecessora da Firjan e CNI, os fundamentos e objetivos da Auxiliadora para a criação de uma educação profissionalizante, a partir de uma iniciativa privada e com o apoio governamental, se mostraram frutíferos através do Sistema S. Primeiro, na forma do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), estabelecido em 1942¹²⁴, e, posteriormente, com o Serviço Social da Indústria (SESI), criado em 1946. Assim como a Auxiliadora e o Governo Imperial, a longevidade do SENAI e SESI repousa sobre as relações com o Governo Federal. Apesar de algumas imprecisões acerca de sua história, hoje a Firjan reivindica a escolas dos Auxiliadores como predecessoras de suas atividades¹²⁵.

124 MÜLLER, Meire Terezinha. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. *Revista HISTEDBR*, Campinas, v. 10, n. 40, p. 189-211, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i40.8639814.

125 O portal da Firjan coloca o ano de 1870 como o do início de funcionamento da Escola Primária, e o de 1873, da Escola Industrial, cf. ESCOLA noturna e escola industrial: a Sain e suas escolas. *Firjan*. Disponível em: bit.ly/3WrYF6f. Acesso em: 9 fev. 2022.

Bibliografia

- ASSOCIAÇÕES Centro Industrial do Brasil. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 84, n. 247, p. A4, 1904.
- AZEVEDO, Joaquim Antônio de. Creação de uma escola industrial. Projecto do Sr. Azevedo. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 8, p. 299, 1866.
- AZEVEDO, Joaquim Antônio de. Exposição sobre a Escola Nocturna Gratuita de Instrução Primaria para Adultos. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 56-68, 1870.
- BIELINSKI, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro: dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900*. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em História e Crítica da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.
- BOLETIM do Centro Industrial do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1, 1905.
- BRASIL. *Colleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1892*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 1-2.
- BRASIL. *Colleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1896*: partes I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.
- BRASIL. *Colleção das Leis do Imperio do Brazil de 1830*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. t. 2.
- BRASIL. *Colleção das Leis do Imperio do Brazil de 1857*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. v. 2, t. 20.
- BRASIL. Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850. Dá nova organização á Guarda Nacional do Imperio. *Colleção das Leis do Imperio do Brazil – 1850: Poder Legislativo*, Rio de Janeiro, v. 1, pt. 1, p. 314, 24 set. 1850. Disponível em: bit.ly/3C4nzAw. Acesso em: 27 dez. 2022.
- BRASIL. Lei nº 957, de 30 de dezembro de 1902. Fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1903, e dá outras providencias. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, p. 1, 1 jan. 1903. Disponível em: bit.ly/3C2OU6p. Acesso em: 5 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1868*. Assembleia Geral Le-

- gislativa: 1ª sessão da 14ª legislatura. Ministro: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869.
- BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1869*. Assembleia Geral Legislativa: 2ª sessão da 14ª legislatura. Ministro: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.
- BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1870*. Assembleia Legislativa: 3ª sessão da 14ª Legislatura. Ministro: João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871. Anexo D.
- BRASIL. Ministério do Império. *Relatorio do anno de 1871*. Assembleia Legislativa: 4ª Sessão da 14ª Legislatura. Ministro: João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.
- CARVALHO, José Botelho de Araújo. Demonstração da Receita e Despeza da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, no anno social de 1876, apresentada pelo respectivo tesoureiro. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 9, 224-225 f., 1878.
- CAMPOS, Augusto Cesar de Malta. *O Arquivo Público; rua dos Ourives, esquina com rua da Assembléia*. 1 fotografia, gelatina/prata, P&B, 17,3 cm x 22,6 cm, sp:20,3 cm x 25,4 cm, c. 007A5P3F10-040 (Coleção Gilberto Ferrez, Acervo Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro). 1909. Disponível em: bit.ly/3W0BS09. Acesso em: 2 jan. 2022.
- COSTA, Ana Luiza Jesus da. À luz das lamparinas: as escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889). 2007. 174 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas do município da Corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 114, p. 53-68, 2011. DOI: 10.1590/S0101-73302011000100004.
- ESCOLA noturna gratuita para adultos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 47, n. 228, p. A1, 1868.
- ALUMNOS da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 68, 1884.
- ESCOLA noturna e escola industrial: a Sain e suas escolas. *Firjan*. Disponível em: bit.ly/3WrYF6f. Acesso em: 9 fev. 2022.
- FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 21-47,

2002. DOI: 10.1590/S0101-73302002008100003.
- GARCIA, José Manoel. Discurso proferido pelo mestre em artes José Manoel Garcia, director da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, por ocasião da abertura solemne da mesma escola no dia 20 de Maio de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 245-246, 1871.
- GARCIA, José Manoel. Escolas Nocturnas. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 9-27, 1880.
- GARCIA, José Manuel. Instruções para a abertura e direcção da "Escola Industrial". *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 7, p. 291-295, 1872.
- GARCIA, José Manuel. Nota estatística dos alumnos matriculados na Escola Industria da Sociedade Auxiliadora Indústria Nacional, no anno lectivo de 1873. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 204-205, 1873.
- GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 9, p. 398-403, 1872.
- GARCIA, José Manuel. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (Continuação). *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 10, p. 452-453, 1872.
- GARCIA, José Manuel. Tabella das lições da Escola Nocturna de Adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. Terceiro trimestre no anno de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 281, 1871.
- GOLDIN, Claudia. Human Capital. In: DIEBOLT, Claude; HAUPERT, Michael (orgs.). *Handbook of Cliometrics*. Heidelberg: Springer Verlag, 2016. p. 55-86.
- INDÚSTRIA. In: SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de língua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- LEFF, Nathaniel Hyman. Economic Retardation in Nineteenth-Century Brazil. *The Economic History Review*, Londres, v. 25, n. 3, p. 489-507, 1972.
- LIMA, Sílvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.
- MIZUTA, Celina Midori Murasse. Do ideal ao real: a trajetória da escola noturna de instrução primária para adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, 1867-1892. In: ENCONTRO DO GRUPO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM ARTES, 4.; ENCONTRO DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM

- HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO OITOCENTISTA, 2., 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Faculdade de Artes do Paraná, 2011, v. 1. p. 35-42.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. Parte Oficial. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 12, p. 265, 1892.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. Relatório da Comissão especial nomeada para estudar a proposta. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 8, p. 303; 308, 1866.
- MOREIRA, Nicolau Joaquim. Elogio do Commendador Joaquim Antonio de Azevedo, pronunciado pelo Dr. Nicolau Joaquim Moreira em sessão solenne da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional em 28 de Junho de 1878. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. XIV, n. 1, p. 5-12, 1879.
- MÜLLER, Meire Terezinha. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. *Revista HISTEDBR*, Campinas, v. 10, n. 40, p. 189-211, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i40.8639814.
- NETTO, Ladislau de Souza Mello. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.
- O AUXILIADOR da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 7/10, p. 284; 434-435, 1872.
- O TRABALHO*: periodico da Sociedade Reunião dos Expositores da Industria Brasileira, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 1-4, 1870.
- OLIVEIRA, Antonio de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- PENTEADO, David Francisco de Moura. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: a ambiguidade de uma associação civil a serviço do Estado brasileiro (1825-1904). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 61-86, 2022. DOI: doi.org/10.53727/rbhc.v15i1.728.
- PROJECTO para a Escola Nocturna de Adultos creada pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 61-66, 1868.
- RANGEL, Ronaldo Raemy. *A trajetória da Sociedade Amante da Instrução: entre o pragmatismo e o humanismo da elite imperial (1829-1876)*. 2013. 189 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- REGO FILHO, José Pereira. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (Continuação). *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 12, p. 519, 1873.

- REGO FILHO, José Pereira. Relatório dos trabalhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 9, p. 343, 1876.
- REGO, Antonio José de Souza (org.). *Relação de Socios, Perpetuos, Honorarios, Correspondentes e Effectivos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, organizada e publicada pelo Dr. Antonio José de Souza Rego*. Rio de Janeiro: Typographia Indústria Nacional de Cotrim & Campos, 1866.
- REGULAMENTO para os cursos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1/2, p. 26-29, 1885.
- RELAÇÃO dos alumnos matriculados na Escola nocturna de adultos, de Janeiro a Março de 1878. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 94, 1878.
- SAUER, Arthur. Colegios. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano 57, p. 474, 1902.
- SAUER, Arthur. Indústria, Grupo 6º. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, ano 57, p. 734, 1902.
- SESSÃO da Assembleia Geral em 15 de fevereiro de 1875. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 58-64, 1875.
- SESSÃO da Assembleia Geral, em 15 de maio de 1894. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 22-26, 1896.
- SESSÃO de Assembleia Geral em 18 de março de 1868. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 129-134, 1868.
- SESSÃO do Conselho em 1 de agosto de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 8, p. 312, 1870.
- SESSÃO do Conselho em 1 de julho de 1879. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 7, p. 145, 1874.
- SESSÃO do Conselho em 15 de abril de 1865. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 202, 1865.
- SESSÃO do Conselho em 15 de abril de 1867. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 233-235, 1867.
- SESSÃO do Conselho em 15 de janeiro de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 8, 1872.
- SESSÃO do Conselho em 15 de janeiro de 1873. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 42, 1873.
- SESSÃO do Conselho em 15 de julho de 1865. *O Auxiliador da Indústria Nacional*,

- Rio de Janeiro, v. 14, n. 8, p. 296-299, 1865.
- SESSÃO do Conselho em 15 de julho de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, p. 293-294, 1870.
- SESSÃO do Conselho em 15 de junho de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 234, 1872.
- SESSÃO do Conselho em 15 de junho de 1886. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 6, p. 123, 1886.
- SESSÃO do Conselho em 15 de maio de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 5, p. 198, 1871.
- SESSÃO do Conselho em 15 de março de 1867. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 171-186, 1867.
- SESSÃO do Conselho em 16 de maio de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 5, p. 200-201, 1870.
- SESSÃO do Conselho em 17 de junho de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 232-233, 1870.
- SESSÃO do Conselho em 17 de setembro de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 9, p. 367, 1870.
- SESSÃO do Conselho em 18 de fevereiro de 1874. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 104, 1874.
- SESSÃO do Conselho em 18 de fevereiro de 1885. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 26, 1885.
- SESSÃO do Conselho em 19 de agosto de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 8, p. 329, 1872.
- SESSÃO do Conselho em 1º de agosto de 1868. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 334, 1868.
- SESSÃO do Conselho em 1º de dezembro de 1869. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p. 499-514, 1869.
- SESSÃO do Conselho em 1º de julho de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 7, p. 275-276, 1872.
- SESSÃO do Conselho em 1º de maio de 1872. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 186, 1872.
- SESSÃO do Conselho em 1º de maio de 1874. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 184-185, 1874.
- SESSÃO do Conselho em 21 de agosto de 1876. *O Auxiliador da Indústria Nacional*

- nal*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 9, p. 331, 1876.
- SESSÃO do Conselho em 3 de fevereiro de 1874. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 55, 1874.
- SESSÃO do Conselho em 4 de fevereiro de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 57, 1871.
- SESSÃO do Conselho em 4 de março de 1873. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 89-100, 1873.
- SESSÃO do Conselho em 9 de outubro de 1868. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 430-433, 1868.
- SESSÃO do Conselho, em 15 de abril de 1893. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 7, 1896.
- SESSÃO do Conselho, em 15 de dezembro de 1892. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 4-5, 1896.
- SESSÃO do Conselho, em 15 de maio de 1893. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 9, 1896.
- SESSÃO do Conselho, em 15 de março de 1853. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 356-357, 1853.
- SESSÃO do dia 11 de maio de 1849. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 30-40, 1849.
- SILVA JUNIOR, Camillo Lellis e. Discurso pronunciado pelo engenheiro geographo Camillo Lellis e Silva Junior, professor da escola nocturna de adultos da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, no dia da abertura solemne da mesma escola, 20 de Maio de 1871. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 248, 1871.
- WEID, Elisabeth von der (org.). *Apontamentos para a história do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1977.
- XAVIER, Francisco José. Termo de inauguração da escola nocturna gratuita de instrucção primaria para adultos, creada pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 6, p. 243-244, 1871.